

Nota de Solidariedade

Memória, Justiça e Esperança: 10 anos do crime da Samarco, Vale e BHP.

“Quero ver o direito brotar como fonte, e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24)

Neste mês de novembro de 2025, completam-se dez anos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG) crime socioambiental que causou graves danos à vida, aos territórios e à Casa Comum.

A Comissão Episcopal Regional para Ecologia Integral e Mineração (CEREM), do Regional Leste 2 da CNBB, une-se às comunidades atingidas e a todas as pessoas e organizações que, há uma década, mantêm viva a memória, clamam por justiça e sustentam a esperança.

Memória que resiste

“Lembra-te de todo o caminho por onde o Senhor, teu Deus, te conduziu.” (Dt 8,2)

Recordamos com respeito e dor as 20 vidas humanas ceifadas, o aborto de um bebê e a destruição das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e tantas outras ao longo do Rio Doce.

Recordamos também a morte dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, cujas águas e margens foram sufocadas pela lama do crime. Rios que, outrora, eram fontes de vida e sustento, tornaram-se hoje testemunhas da injustiça ambiental e do descuido com a criação.

Lembramos que o crime atingiu povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, camponesas e agricultoras e agricultores familiares ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Entre eles, destaca-se o povo Krenak, que viu o Rio Watu sagrado e fonte de vida — transformado em lama tóxica. Também foram atingidas comunidades Puri, Pataxó, Pataxó Hã-Hã Hãe, Tupiniquim e Guarani, no litoral do Espírito Santo, bem como diversos quilombos entre eles Degredo, São Domingos, Córrego do Alexandre e Boa Morte que representam apenas parte das muitas comunidades quilombolas que tiveram suas terras, águas e modos de vida profundamente impactados. Essas populações tradicionais ainda lutam por reconhecimento e inclusão nos processos de reparação, enfrentando o racismo ambiental e institucional que tenta silenciá-las.

É inadmissível que, após 10 anos do rompimento da barragem, muitas famílias diretamente atingidas ainda não tenham recebido suas indenizações e que muitas pessoas tenham partido desta vida sem receberem seus direitos.

Dez anos se passaram, e a ferida permanece aberta. O sofrimento dos atingidos continua, revelando o peso da impunidade e da lentidão da reparação. A memória impede o esquecimento, alimenta a resistência e mantém viva a verdade sobre o que ocorreu. Unir-se aos injustiçados é uma atitude ética e condiz com o princípio da solidariedade, que integra os princípios basilares da Doutrina Social da Igreja.

Justiça que não chega

“O Senhor ama a justiça e não abandona os seus fiéis.” (Sl 37,28).

A dor dos atingidos se agrava diante da ausência de responsabilização efetiva. Dez anos depois, nenhuma condenação criminal foi concretizada, e as promessas de reparação ainda não alcançam a plenitude da vida que foi destruída. Enquanto grandes empresas negociam cifras, as famílias seguem recebendo migalhas e convivendo com o descaso. Essa realidade é expressão do **racismo ambiental**, que faz o sofrimento do povo pobre, negro, ribeirinho e camponês valer menos diante do poder econômico.

A chamada **repactuação**, conduzida recentemente sem a devida participação das pessoas e comunidades atingidas, representa mais um capítulo da injustiça. Em vez de garantir direitos, ela reforçou o distanciamento entre as decisões e a vida real do povo atingido, desrespeitando o princípio da escuta e da participação social. Uma reparação sem os atingidos não é verdadeira; é apenas mais uma forma de silenciamento. Tal prática contraria o princípio da participação, fundamento da **Doutrina Social da Igreja** e da própria democracia.

A CEREM reafirma: **Não há reparação sem justiça. Não há justiça sem verdade. E não há verdade sem ouvir os atingidos.**

Compromissos e Exigências Éticas e Sociais

1. Reparação Integral: É urgente garantir uma reparação justa, completa e participativa para todas as pessoas e comunidades afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. As perdas de moradia, trabalho, infraestrutura e modos de vida exigem respostas concretas e imediatas, não apenas promessas e processos burocráticos.

2. Justiça e Fim da Impunidade: Exigimos a responsabilização efetiva das empresas envolvidas Samarco, Vale e BHP Billiton pelos danos causados. A lentidão e a ineficácia dos processos de justiça são afrontas à dignidade humana e ao próprio Estado de Direito.

3. Reconhecimento dos Direitos: É indispensável o reconhecimento formal e legal dos direitos das populações atingidas camponesas, indígenas, quilombolas, pescadoras e ribeirinhas e a criação de um marco legal que garanta sua reparação, proteção e participação nas decisões que afetam seus territórios e modos de vida.

4. Soberania Popular e Controle Social: Denunciamos o modelo energético e mineral brasileiro, que prioriza o lucro e a exportação em detrimento da vida, da segurança e do bem-estar das comunidades. Defendemos um projeto popular e sustentável, com controle social sobre a água, o território e a energia, como caminho para a verdadeira justiça socioambiental.

5. Segurança das Barragens: Reafirmamos a necessidade urgente de políticas rigorosas de segurança e fiscalização das barragens, para que tragédias como as de Mariana e Brumadinho nunca mais se repitam. Nenhuma vida pode ser sacrificada em nome do lucro.

6. Conversão Ecológica: Como nos ensina o Papa Francisco na *Laudato Si'*, é urgente mudar o coração e as estruturas que geram destruição. Sem conversão ecológica pessoal, comunitária e institucional, não haverá futuro possível para a Casa Comum.

7. Compromisso com o Empoderamento das Comunidades Atingidas: Renovamos nosso compromisso de **empreender todos os esforços e recursos necessários em favor do empoderamento das pessoas atingidas**, que vivem e fazem história a partir de suas gerações no território da bacia do Rio Doce. É com o fortalecimento das comunidades e de sua organização que floresce a verdadeira justiça.

Esperança que se renova

“Eis que faço novas todas as coisas.” (Ap 21,5)

Apesar de tudo, a esperança não morreu. Ela floresce na organização dos atingidos e atingidas, na força das Comissões de Atingidos, na fé das comunidades e na solidariedade das Igrejas e pastorais. É uma esperança teimosa, que brota do Evangelho e da certeza de que Deus caminha com o seu povo.

Aos pés da cruz da lama, o povo renasce em cada mutirão, em cada reunião, em cada ato de memória e resistência. Inspirados pela Encíclica *“Laudato Si’*, do Papa Francisco, reafirmamos nosso compromisso com uma **ecologia integral**, que une o clamor da terra e o clamor dos pobres (LS 49). Reiteramos também o chamado à **conversão ecológica e social**, para que a mineração deixe de ser fonte de morte e se torne caminho de vida digna e sustentável.

Em comunhão com toda a Igreja do Brasil e com o Povo de Deus que sofre e resiste ao longo do Rio Doce, a **CEREM (CNBB Regional Leste-2)** expressa solidariedade, proximidade e compromisso profético com os atingidos e atingidas de Mariana.

Que a memória inspire justiça, e que a esperança nos mova à construção de um futuro em que a vida, e não o lucro, seja o centro das decisões.

“Quero ver o direito brotar como fonte, e correr a justiça qual riacho que não seca.” (Am 5,24).

Com fé, coragem e esperança, permanecemos em luta até que a reparação integral seja garantida!

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2025.

Comissão Episcopal para Ecologia Integral e Mineração (CEREM).

CNBB – Regional Leste 2